

**INFORMAMOS QUE ESTA É UMA PRIMEIRA VERSÃO DO TEXTO
APROVADO PARA PUBLICAÇÃO. ESTE ARTIGO AINDA PASSARÁ PELA
FASE DE REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO.**

ID: 3078

DOI: <https://doi.org/10.30962/ecomps.3078>

Recebido em: 27/05/2024

Aceito em: 15/02/2025

A história cultural da imprensa de Marialva Barbosa

Otávio Daros

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: Renovadora da historiografia brasileira do jornalismo, Marialva Barbosa destacou-se ao propor uma história cultural da imprensa, convertida com o tempo em história da comunicação. Ao levar em conta o que está em jogo com isso, o artigo relata e examina, a partir de perspectiva sistemática e crítica, a coerência do conjunto da obra. É chamada a atenção para a desconexão entre a formulação metodológica, a concepção de jornalismo e os resultados da análise. Conclui-se que sua proposição, apesar de pretender contribuir para a promoção de uma ciência da comunicação, termina empenhada na escrita de uma história fenomenológica e ensaística, fragilizada enquanto pesquisa documental.

Palavras-chave: Historiografia da imprensa. Jornalismo brasileiro. Crítica historiográfica.

The cultural history of the press by Marialva Barbosa

Abstract: Renewing the Brazilian historiography of journalism, Marialva Barbosa stood out for proposing a cultural history of the press, converted over time into a history of communication. By taking into account what is at stake, the article reports and examines, from a systematic and critical perspective, the coherence of the work as a whole. Attention is drawn to the disconnect between the methodological formulation, the conception of journalism and the results of the analysis. It is concluded that her proposition, despite intending to contribute to a science of communication, ends up committed to writing a phenomenological and essayistic history, weakened as documentary research.

Keywords: Historiography of the press. Brazilian journalism. Historiographical critique.

La historia cultural de la prensa por Marialva Barbosa

Resumen: Renovando la historiografía brasileña del periodismo, Marialva Barbosa se destacó por proponer una historia cultural de la prensa, convertida con el tiempo en historia de la comunicación. Teniendo en cuenta lo que está en juego, el artículo examina, desde una

perspectiva sistemática y crítica, la coherencia del trabajo en su conjunto. Se llama la atención sobre la desconexión entre la formulación metodológica, la concepción del periodismo y los resultados del análisis. Se concluye que su propuesta, a pesar de pretender contribuir a una ciencia de la comunicación, termina comprometida con la escritura de una historia fenomenológica y ensayística, debilitada como investigación documental.

Palabras clave: Historiografía de la prensa. Periodismo brasileño. Crítica historiográfica.

Introdução

Definida pelo clássico de Nelson Werneck Sodré (1966), a tradição de sínteses sobre a história da imprensa e do jornalismo no Brasil veio a ser renovada, nas últimas décadas, pelo conjunto da obra de Marialva Barbosa, de modo que é hoje certamente a referência maior, entre nós, na especialidade. Em autoria individual, já apresentou o livro-tese *Os donos do Rio* (2000), *História cultural da imprensa* (2007, 2010, 2024) em três volumes, a coleção de ensaios *Percursos do olhar* (2007), *História da comunicação no Brasil* (2013), e *Escravos e o mundo da comunicação* (2016). Acrescenta-se à sua bibliografia, além de obras coletivas, mais de 100 artigos, entre os quais estão seus primeiros trabalhos na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, marcando o início de sua carreira como pesquisadora, no fim da década de 1980.

Sob a liderança de José Marques de Melo, integrou o grupo fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar), em 2001, da qual foi presidente, e, entre 2014 e 2017, também da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Por esta entidade, recebeu ainda, como docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), o Prêmio Luiz Beltrão de Maturidade Acadêmica, em 2008. E mais recentemente, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cofundou a Rede Latino-Americana de História da Mídia (RLAHM).

A iniciação na pesquisa, convém notar, se deu sob influência da historiografia marxista, com a proposição de estudo cuja problemática era a relação entre a imprensa operária e a empresarial (Barbosa, 1988). Todavia, com *Operários do pensamento: visões de mundo dos tipógrafos do Rio de Janeiro, 1880-1920* (1992), sua dissertação de mestrado, acabou por propor pesquisa sobre como a classe se autorrepresentava nos periódicos que produzia. Na tese doutoral, *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-*

1920 (1996), ao se distanciar da história industrial, filiou-se ao que se convencionou chamar de *nova história cultural* (ver Hunt, 1989).

Com o propósito de estudar os jornais cariocas de grande circulação, no contexto de transição do Império para a República, trabalhou para tomar nota da estrutura administrativa de tais empreendimentos, bem como conhecer os sujeitos – os articulistas – que escreviam as matérias e aqueles – o público – que as consumia e as ressignificava. Nos anos que se seguiram, especializou-se na temática, expandindo o período de exame, até a virada para o século XXI, e retrocedendo aos primórdios do século XIX. Em alguns momentos, enfocando o percurso de certos diários, em outros, o perfil dos jornalistas, e quase sempre, o público leitor das notícias. Transitando, assim, entre a história do jornalismo e a história da leitura dos impressos.

No fim das contas, Barbosa julgou que era o caso de se mover rumo a outra historiografia, não mais dos meios de informação, mas do processo social da comunicação, enquanto fenômeno supostamente mais amplo. Como será discutido adiante, isso implicaria, a seu entender, menos energia no trabalho de reconstrução do processo evolutivo da mídia em si e mais sobre as práticas de comunicação entre os sujeitos de outrora (Barbosa, 2016a; 2013b, p. 4-15). Dentro deste universo de possibilidades, que em muito transcende a atividade jornalística, a tarefa passou a ser a reflexão dos modos de comunicação dos atores do passado brasileiro, a exemplo das mulheres e homens escravizados.

A proposta deste artigo é examinar, sem ignorar o que está em jogo com essa mudança epistemológica, as contribuições da pesquisadora especialmente para o campo acadêmico da história da imprensa e do jornalismo¹. O desafio primeiro é o de apreensão da sua fundamentação teórico-metodológica, para que, à luz dos pressupostos enunciados, se possa analisar e discutir os achados que derivam da sua prática de investigação. Ao longo do itinerário, do construto metodológico à condução da pesquisa em si, busca-se atentar para a concepção de jornalismo que subjaz à sua escrita histórica.

Não se trata aqui de fazer a crítica pela crítica do conjunto da obra, menos ainda de tentar corrigir o trabalho de quem, enquanto historiadora especializada no assunto, lidou diretamente com fontes primárias (jornais, revistas etc.). Na realidade, o que se quer é

¹ O trabalho faz parte de um projeto mais amplo, desenvolvido em âmbito de doutoramento entre a PUCRS e a NTU da Inglaterra, cujo resultado final são os livros *História e conhecimento do jornalismo no Brasil* (Insular, 2024) e *Writing Journalism History: The Press and Academia in Brazil* (Routledge, 2024).

empreender exame crítico-reflexivo do legado intelectual de uma figura renovadora do campo. E faz-se isso com o discernimento, tal como o do historiador cultural Peter Burke, de que paradigmas que se apresentam como novos, ou de renovação de uma tradição de conhecimento, não estão livres daqueles problemas comuns a toda pesquisa: “problemas de definição, problemas de fontes, problemas de método, problemas de explicação” (1992, p. 20).

Parte da filosofia da ciência da história ensina que, para se construir como ciência social e não se confundir com a literatura, o estudo histórico deve – ao operar sob regulação metódica, mediante exame e interpretação dos seus antecedentes – articular narrativas argumentadas com base em evidências, isto é, fontes informadas em experiências do passado, que limitam o caráter ficcional da produção de conhecimento (Rüsen, 2001, p. 33-120).

Quanto a isso estão de acordo até mesmo os adeptos das novas historiografias que não se deixaram levar pela influência pós-moderna, cuja postura é pela ficcionalização da escrita histórica. Conforme Sandra Pesavento, uma das interlocutoras mais emblemáticas do movimento de renovação da história cultural no Brasil:

Estes limites à ficção se estabelecem pelos rigores de um método, que obriga o historiador a recolher do passado os seus traços, tornados fontes pela iluminação de uma pergunta. Sem as fontes, marcas de historicidade deixadas pelo passado no presente, não há História possível. Tais fontes, cruzadas, compostas, contrapostas, devem fornecer redes de significados de molde a recuperar tramas, com potencial explicativo e revelar de sentidos. A exibição de tais marcas de historicidade permite uma hipotética verificação ou controle dos resultados da narrativa, recuperando a realidade do passado (Pesavento, 2003, p. 36).

Com essas preocupações de ordem epistemológica, e levando em conta o conjunto de textos que compõe a obra aqui sob escrutínio, procurou-se indagar e responder o seguinte: 1) como os achados sobre o fenômeno jornalístico são apresentados pela referida historiadora da imprensa, ao longo de sua trajetória?; 2) quais são as permanências e mudanças quanto aos procedimentos de seleção de evidências, escolhas metodológicas e tratamento analítico conferido ao material?; 3) a narrativa como um todo é construída argumentativamente, de modo a articular os dados coletados e os referenciais teóricos acionados?; 4) as conclusões que marcam sua síntese histórica têm amparo nos resultados alcançados por meio da pesquisa documental?

Reconhecendo que nenhuma trajetória acadêmica e intelectual se constrói de maneira inteiramente lógica e livre de contradições, pretende-se analisar, ainda assim, até que ponto o complexo esquema teórico-metodológico montado por Barbosa – ao reunir elementos da filosofia marxista de Antonio Gramsci à sociologia do poder simbólico de Pierre Bourdieu; da história do livro e da leitura de Robert Darnton e de Roger Chartier, mas também da teoria das mediações culturais de Jesús Martín-Barbero; dos ensaios acerca da noção de memória de Jacques Le Goff à filosofia hermenêutica de Paul Ricoeur –, demonstra coerência com os achados aparentemente obtidos e defensáveis pela investigação histórica.

O argumento explorado é o de que, a despeito das idas e vindas, inerentes a uma carreira longa, conforme seu projeto de nome *história cultural da imprensa* avança, a proposta deixa de ser a de reconstituição da trajetória do jornalismo brasileiro e passa a ser a de escrita de uma história geral da comunicação, conceito que não é por ela precisado. Devido à falta de delimitação do próprio objeto de conhecimento, a pesquisa documental vai se enfraquecendo, tornando-se uma historiografia mais ensaística e menos empírica, embora sua propositora demonstre ambição de contribuir para posicionar a comunicação como ciência do novo século.

Uma metodologia de múltiplas inspirações

Ainda nos anos 1990, Barbosa assumiu os pressupostos da *história da comunicação impressa* de Darnton, sem que tenha lhe ocorrido de problematizar, por exemplo, se o entendimento das formas distintas de leitura combinaria bem com a visão da imprensa como concentradora de poder – igualmente presente em sua obra –, em parte oriunda do construtivismo estruturalista de Bourdieu. Em vez do enfoque nas “ideias dos grupos dominantes”, começaria a predominar o entendimento de que “as relações econômicas, sociais e políticas são campos da prática cultural e da produção cultural, já que o que está em jogo é a experiência humana” (Barbosa, 2008a, p. 2-3).

A proposta inscrita na história cultural buscaria dar conta do ciclo de vida dos impressos, ou do seu *circuito de comunicação*, no dizer de Darnton (1982). Apesar das condições variarem conforme tempo e espaço, os livros compartilhariam um ciclo mais ou menos comum: iniciado com o autor da obra e completado com o leitor, responsável por influenciar, antes e depois, o ato de composição daquele. Trata-se, assim, de um modelo que

tenta contemplar a dinâmica entre os sujeitos nos processos de produção, difusão e consumo dos livros. Ou dos jornais, como veio a ser o caso de Barbosa.

Seu entendimento é o de que, em um país estigmatizado pelo analfabetismo como é o Brasil, a propagação de informações tende a se dar majoritariamente pela oralidade. Por isso, o noticiário precisa ser tomado também como “um discurso falado” (1998, p. 8). Ao enfatizar a recepção do jornalismo entre os leitores-ouvintes do passado, avaliou que estaria mais próxima da formulação ensinada pelo historiador estadunidense. Avançou a brasileira, portanto, não somente com uma história da imprensa, mas também com uma história das representações por meio dos jornais e da leitura dos mesmos.

Em que pese serem complementares, cabe observar que os exames possuem propósitos distintos, ainda que ela não tenha se preocupado em fazer distinções. No primeiro tipo de análise, o jornalismo aparece simultaneamente como objeto e fonte para a pesquisa, uma vez que o objetivo principal é justamente conhecê-lo. Já o segundo enfoque permite “visualizar como os homens do passado consideravam as múltiplas representações da imprensa” (2008a, p. 2). E no terceiro, a análise ocupa-se dos leitores, tratando a imprensa predominantemente como fonte documental.

Considerando a abordagem que prevalece ao longo da sua pesquisa, é possível perceber a influência que também Martín-Barbero teve na construção desse aparato teórico-metodológico. Mesmo sem ter entrado a fundo na teoria das mediações culturais, concordou a autora que, em vez “de tentar analisar os meios”, faz-se necessário “ir em direção às mediações localizadas no passado” (2010b, p. 14), e levar em conta as possibilidades interpretativas com as quais os públicos lidam em suas apropriações.

Isso significa que seu empreendimento historiográfico não pretende ser uma cronologia do desenvolvimento dos meios de comunicação, tampouco uma periodização dos movimentos ascendentes e descendentes de cada veículo. A seu ver, tudo isso seria meramente fornecer um relato sobre a história da mídia ou de um de seus segmentos.

Este trecho expõe bem o ponto de vista da estudiosa a respeito:

Eu costumo dizer que há múltiplas histórias no campo da comunicação para pouca história. Ou seja, existem variadas histórias que, a rigor, são uma única, que é a história da comunicação como um sistema, não importa qual seja o objeto. [...] É por isso que eu propus esse tipo de abordagem (Barbosa, 2005, p. 144).

A primeira questão, aqui, seria saber em que medida um *sistema* pode ser historiado. O problema torna-se, então, desatentar para as propriedades de cada meio, não favorecendo o exame do contexto de seu respectivo desenvolvimento. Tende-se a ignorar, conseqüentemente, as características adquiridas pela prática jornalística em cada suporte. É sabido, por exemplo, que as ditaduras não geraram os mesmos efeitos para os diferentes setores e seus profissionais (ver Aquino, 1999). Logo, ao contrário do que Barbosa sugere, a escolha por determinado objeto – e o segmento representado – pode influir fortemente na história da mídia que está sendo produzida.

Já uma história na qual não importa o objeto, a tendência é a de anular o que há de singular na trajetória de cada meio, esquecendo que, na disciplina, o que tem valor é o particular. Nada disso parece ser um problema para a autora, pois, segundo ela, o principal não é a análise da mídia, mas das “relações de natureza social que existem no lugar e no tempo de circulação dessas mensagens”, entre “pessoas comuns” (Barbosa, 1997b, p. 81). Nesse sentido, pretende ela transcender a abordagem dos historiadores que se debruçaram sobre os feitos e a trajetória de jornalistas notórios, isto é, aqueles que *mudaram a imprensa* (Abreu; Lattman-Weltman; Flaksman, 2003).

Em vez de sublinhar as ações de determinado sujeito em posição privilegiada, competiria ao historiador cultural interpretar o movimento realizado pelo conjunto de atores sociais que existem em certo lugar e momento. O que se busca, com isso, é descobrir as gerações localizadas no passado, compostas por pessoas de identidades diversas, que, coletivamente, produziram inúmeras materialidades, entendidas como “suportes que deram vida aos processos comunicacionais” (Barbosa, 2010b, p. 12).

Tem-se consciência de que “o econômico, o social ou o político não são anteriores à cultura, nem a determinam”. Daí o título do seu projeto ser “história cultural e não, simplesmente, história da imprensa”. O objetivo não “é tentar explicar de fora – pelos aspectos políticos e econômicos – os movimentos da imprensa. Mas é interpretar os múltiplos percursos da imprensa brasileira no século de sua modernização e de sua inclusão na vida cotidiana” (Barbosa, 2008a, p. 3-4).

Em alguma medida, todavia, não estaria sendo a acadêmica da comunicação vítima dos problemas atribuídos à nova história cultural? Para a historiadora Emília Viotti da Costa (1998, p. 9-10), tal vertente é marcada por um desvio “de uma ênfase no que foi uma vez definido como forças históricas *objetivas* a uma ênfase na subjetividade, criatividade e ação

do ator histórico”. Daí a passagem “do reducionismo econômico para o cultural ou linguístico”, sendo ambas as condutas “igualmente insatisfatórias”, pois não fazem “justiça à complexidade da dialética e da teoria da práxis humana”.

Barbosa evita a crítica marxista ou julga que não se aplica ao seu caso. Ao dar continuidade à sua reflexão metodológica, sublinha que o historiador da disciplina deve se ocupar das relações entre aquilo que os sujeitos (redatores, fotógrafos etc.) produzem, como práticas comunicacionais (textos, imagens etc.), o objeto que lhe serve de suporte (tipos de mídia) e as práticas que reconfiguram os sentidos da obra (agências dos públicos), no curso do tempo (2010b, p. 13). No entanto, não traz ela evidências de que isso tudo é realizável na prática investigativa, chegando a beirar o idealismo linguístico:

O contexto não é uma realidade pré-linguística, descrita pela linguagem com fidelidade. Pelo contrário. A realidade esteve sempre presente nos processos textuais que, muitas vezes, os historiadores não examinam. Assim, cabe ao historiador ler contexto como “intertextualidade” e não partindo da noção causal de reflexão (Barbosa, 1997b, p. 78).

Com base no que foi apresentado até aqui, a abordagem de Barbosa pode ser sintetizada em três operações: 1) documentar os vestígios do passado e “interpretar práticas humanas em toda a sua complexidade, tentando revelar processos históricos nos quais sempre estão envolvidos sujeitos sociais em toda a sua humanidade”; 2) trabalhar esses processos como um sistema de comunicação, no qual tanto as materialidades dos meios “como os atores envolvidos nessa construção têm importância”; e 3) compreender quem ali publicava/falava, bem como “quem era esse sujeito que denominamos leitor, público, espectador” (2012, p. 462), e que significado atribuía às mensagens.

O que interessa, daqui para a frente, é examinar como essa ampla elaboração — que mescla perspectivas retiradas das obras de Darnton e de Ricoeur, entre outros — efetivamente conduziu a sua prática de pesquisa sobre o jornalismo brasileiro.

Os periódicos como produto do desejo cultural coletivo

Antes de se voltar para o quê, em seu modo de ver, é o campo mais amplo da comunicação, Barbosa dedicou-se ao estudo do periodismo no Brasil, desde as suas origens no século XIX. A respeito do período colonial, seu argumento foi de que as trocas de informações manuscritas, ou a circulação de impressões clandestinas, antes da transferência

da corte portuguesa, em 1808, não permitem afirmar que existia jornalismo na colônia, pois faltava público para que houvesse publicização efetiva das notícias e opiniões, no sentido de formação e alcance da esfera pública.

Mais do que as condições materiais e técnicas enfatizadas por historiadores como Bahia (1960) e Sodré (1966), era preciso que uma “uma mentalidade, um desejo de natureza cultural” (p. 92), se desenvolvesse coletivamente. “Assim, se os portugueses que aqui aportaram em 1808, já traziam essa disposição, seria necessário ainda um longo período para que o valor abstrato da imprensa se esparramasse pelas cidades, criando efetivamente um público ávido por informações” (Barbosa, 2008b, p. 94).

Trata-se, para a estudiosa, de aspecto fundamental sobre o nascimento do nosso jornalismo para os quais seus antecessores não prestaram a devida atenção. Em contrapartida, entregaram relatos comprometidos em apontar o início factual da imprensa e, assim, fomentaram o debate em torno daquele periódico que representaria o marco inaugural da atividade: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, com a primeira edição saída em setembro de 1808, após a mudança da corte; ou o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito José da Costa, diretamente de Londres, desde junho daquele ano.

Sua posição também foi contrária aos estudiosos que descreveram a imprensa da época como oficial, ou ainda a dividiram entre oficial e oficiosa. Concordar com eles seria aceitar a visão de que a *Gazeta do Rio de Janeiro* “era fértil na publicação de decretos, avisos, éditos e outros textos de interesse do Reino Português” (p. 99)², quando, na verdade, publicava muitas outras informações (cartas, boatos etc.). Não seria exagero dizer, em vista disso, que “saltam de suas páginas múltiplas fontes de informação, formando redes de notícias do início do século XIX, indicando também a forma como essas notícias passavam do mundo oral para o mundo do impresso” (2008b, p. 100).

Em última instância, tratar-se-ia de um periódico variado, sendo o elemento oficialesco somente acessório. Porém, desse modo, não estaria a historiadora tomando os textos de exceção como exemplo? Ou seja, manipulando o conteúdo das fontes a ponto de descaracterizar o compromisso institucional da gazeta carioca, voltada à divulgação dos fatos envolvendo a monarquia, bem como examinando esse periodismo sob um viés despolitizado,

² Essa visão é encontrada em obras como a de Isabel Lustosa (2000, p. 68), para quem a *Gazeta do Rio de Janeiro* “era apenas uma versão adaptada da *Gazeta de Lisboa*. Periódico sensaborão que, em sua maior parte, limitava-se a traduzir artigos publicados na imprensa mais conservadora europeia”.

ao negar a natureza conservadora das suas mensagens que, como um todo, não poderiam prejudicar a continuidade do Império Colonial Português?³

Outro aspecto a ser indagado nessa historicização é o seguinte: Barbosa relaciona o início da atividade, em nosso país, ao desenvolvimento de uma “mentalidade abstrata” que conferiria aos impressos o valor de transmissores de opinião e informação, no transcorrer do século XIX. Em último grau, o aparecimento da imprensa seria fruto desse desejo cultural coletivo, para além das condições concretas. Entretanto, não revela como e em quais sujeitos históricos essa suposta mentalidade se desenvolveu, muito menos explica como se pode saber sobre os desejos alheios, sem dar evidências objetivas.

As possibilidades de recepção pelos sujeitos históricos

Já no que diz respeito ao exame da segunda metade do século XIX, o foco é direcionado ao periodismo do abolicionismo. “Mais do que falar da importância de alguns jornalistas e de alguns jornais para o processo abolicionista”, o que lhe interessou foi a reflexão sobre “a forma como os escravos tomavam conhecimento do que se falava sobre eles e sobre a escravidão” (Barbosa, 2010a). Portanto, da história sobre o florescimento do jornalismo, passou-se à história da representação social dos escravos através da imprensa, à história da leitura da mesma, dado que o seu propósito se tornou estudar as “possibilidades” de leitura das mulheres e homens escravizados.

Por exemplo, ao tratar da *Revista Ilustrada*, folha política de expressão fundada por Angelo Agostini, em 1876, não procurou a autora reconstituir seu ciclo de vida, como sugere a metodologia de Darnton, e com a qual pretendeu estar em sintonia. Contentou-se com apreciações genéricas, tais como:

Nas múltiplas imagens em que os escravos aparecem, estão sempre em situação de inferioridade: caídos pelo chão, trabalhando sob o sol escaldante na lavoura, vendendo seus quitutes e outros produtos acondicionados em cestas que carregam na cabeça, sendo açoitados em praça pública (Barbosa, 2010a).

Uma imagem, encontrada na edição de outubro de 1887, que reproduzia uma cena de leitura isolada entre pessoas escravizadas – ou seja, em contraposição à descrição acima –,

³ Juliana Meirelles (2008) segue esse raciocínio, ao mostrar que, no período joanino, tal imprensa era parte da ação política e cultural de manutenção do império em ambos os lados do Atlântico. Apesar de já constar na gazeta carioca algum ideal de imparcialidade, essa estava explicitamente comprometida com o poder, a começar pelo fato de seus encarregados pertencerem ao alto escalão do governo.

suscitou-lhe uma série de indagações sobre a cultura oral e letrada naquele contexto. “Será que os escravos liam essas publicações? Será que tomavam esses jornais em suas mãos ao verem-nos depositados em cadeiras e mesas das casas onde trabalhavam e moravam? Será que escutavam um outro ler para eles aquelas informações?”. A resposta que encontrou foi sugestiva: “certamente”, pois “numa sociedade em que as novidades circulavam ‘por ouvir dizer’ e ‘percorrer léguas’, aquelas imagens, sínteses e textos impressos se transformavam pela força do comentário” (Barbosa, 2010a).

Verdade é que a estudiosa especula, mas não tem como demonstrar, pelo exame documental, quais significados aqueles seres humanos submetidos ao escravismo foram capazes de produzir no contato com a imprensa, nem o papel que o jornalismo teve na formação de indivíduos que, por inúmeras razões, possuíam dificuldade de acesso a informações do gênero. Por essas e outras, permanece válido o parecer do historiador das artes Ernst Gombrich (1969) de que, apesar da relevância, certos temas que movem os novos historiadores culturais carecem de fundamentação, quando, por exemplo, trabalham com amostras ínfimas de material em comparação ao número de pessoas que compunham os espaços que descrevem. Na falta de exposição de provas adequadas, fica comprometida a tentativa de verificação da veracidade dos resultados.

A culpa não é, obviamente, dos interessados pelo assunto, haja vista que “é uma questão de acidente de preservação, que os obriga a se contentar com um segmento muito pequeno da comunidade” a ser delineada. Em consequência, “os retratos de uma determinada sociedade ou período não seriam científicos, mas baseados na intuição”. Quer dizer, quanto menos alicerçada na documentação, mais a pesquisa opera com a intuição – e “essa instituição pode estar errada” (Gombrich, 1973, p. 882).

Como assegurar quando esse não é o caso do relato em estudo? Quando existe disponibilidade de materiais, uma alternativa “é o que os franceses chamam de ‘história serial’, ou seja, a análise de uma série cronológica de documentos” (Burke, 2005, p. 34). Contudo, não foi o que predominou no trabalho de cunho reflexivo de Barbosa, voltado às possibilidades de leitura dos sujeitos escravizados.

O poder da imprensa versus a ressignificação dos leitores

Quanto à leitura historiográfica trazida sobre o periodismo na Primeira República, pelo menos até o fim do Império, a imprensa seria enfeixada sob a designação de artesanal, enquanto que, nas décadas posteriores, sob o rótulo de industrial. Seguindo a crítica de Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), julgou Barbosa (2010a) prejuízo nessa periodização sustentada pelos historiadores pioneiros⁴, à medida que implicaria naquela “visão que aponta toda a imprensa anterior a 1880 como jornalismo de opinião, enquanto que no período posterior teria aparecido, verdadeiramente, a imprensa noticiosa ou de informação”.

Pretendendo contribuir para a renovação da historiografia do campo, avaliou que era o caso de analisar as transformações que se processaram nos diários do Rio de Janeiro, na virada para o século XX. Sua intenção foi a de investigar o modo como eles se ergueram como lugares de imparcialidade, e a agência que tiveram naquela sociedade. Para tanto, começou por esquadrihar os empreendimentos: *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*. Em seguida, com base na documentação de suas edições e de fontes auxiliares, montou uma tipologia dos jornalistas e de seus leitores, tentando pensar a experiência de leitura do noticiário.

A chave da argumentação é de que a emergência das empresas jornalísticas está intimamente ligada à ampliação das expectativas culturais da sociedade moderna. Com o progresso social e econômico pós-1880, formaram-se “os novos leitores, consumidores potenciais dos jornais e revistas” (1993, p. 150). Para a autora, o fato de existir na antiga capital federal “uma maioria analfabeta não permite supor, por antecipação, o pouco poder de difusão desses veículos e também que estas mensagens estariam sendo apropriadas de forma uniforme”. Pelo contrário, o conteúdo veiculado por essas publicações teria sido capaz de construir uma realidade que até então inexistia, “mitificada pelo simbolismo da palavra impressa” (1997a, p. 98-99).

Conclui que, dentro de moldes empresariais, os diários cariocas se autodefiniram como expressão da verdade – através de textos pretensamente imparciais e objetivos –, para que pudessem assumir a missão de fiscalizar o poder público e aumentar sua capacidade de influência sobre os cidadãos. “Ao se afirmarem como o único intermediário entre o leitor e a

⁴ Tal periodização é proposta por nomes como Juarez Bahia (1960, p. 51), segundo quem, após 1880, “notadamente no alvorecer do século XX, a imprensa ganha expressão no campo das atividades industriais [...]. Desde logo, a tipografia de jornal perde o seu espírito artesanal para conquistar a posição de indústria gráfica com capacidade econômica e múltiplas possibilidades”.

sociedade política, confirmavam o seu domínio e participavam do jogo de poder que atingia múltiplas esferas da vida cotidiana” (1996, p. 379). Não há como ignorar seu papel “enquanto instituição de controle social, servindo à própria estrutura de poder e agindo como veículo de manutenção da ordem vigente” (2007a, p. 15).

A respeito, o primeiro ponto a considerar é que a farta documentação trazida por Barbosa, em sua pesquisa doutoral, não a isenta da exposição de provas específicas para cada argumento. Por exemplo, sustenta que a alta taxa de analfabetismo, no país, não era um empecilho para a difusão das notícias e, conseqüentemente, para o progresso dos jornais, pois, desde sempre, eles possuíam mais ouvintes do que leitores. A principal evidência são depoimentos de escritores como Lima Barreto e João do Rio que relatam o costume de leitura em voz alta entre os moradores urbanos, tanto em espaços públicos, quanto privados. Levando em conta essa literatura, afirma que “pelo menos quatro pessoas tomavam conhecimento do conteúdo de um único número” (2010a, 1996, p. 78).

Entretanto, como seria possível pormenorizar a partir de registros tão limitados? Mesmo que razoável, como saber que a leitura dos jornais era um hábito comum entre a maioria dos sujeitos alfabetizados? Uma multiplicidade de aspectos deveria ser avaliada aqui, a começar pelos aspectos humanos, como os diferentes níveis de compreensão das mensagens, mesmo entre os sujeitos tecnicamente alfabetizados que as transmitiam aos leitores de segunda e terceira natureza; além dos fatores materiais, pois mais do que esses leitores indiretos, os jornais dependem de consumidores dispostos a assinar ou a comprar uma edição diariamente. Inclusive, o hábito de leitura coletiva, como enfatizado pela investigadora, poderia ser um elemento que pesava negativamente para o aumento da venda avulsa dos periódicos, retardando o progresso do empreendimento.

O argumento central da tese contém ainda outro aspecto altamente contraditório, resultado do emprego de abordagens conflitivas. Apropriando-se de maneira limitada, tanto da filosofia política de Gramsci, como da sociologia do poder simbólico de Bourdieu, no sentido de simplificação de suas riquezas teóricas, tratou a historiadora de conceber a imprensa como meio de dominação social, sendo, ao mesmo tempo, influenciadora das elites e por elas estruturada, impondo ideias hegemônicas e valores normatizantes ao restante da sociedade. “Cooptados pela classe dominante”, os jornalistas-intelectuais “produziam uma mensagem visando a criação de um consenso, cujo fim último era perpetuar a dominação de classe” (1996, p. 10).

Por outro lado, ao assumir a perspectiva da recepção, presente na história da leitura, a estudiosa negou inconscientemente esse poderio da grande imprensa e sua capacidade de impor visões de mundo à audiência, uma vez que cada “destinatário da mensagem criava um novo texto” (2010a, 1996, p. 346), a partir do que lia ou ouvia. Muito derivado das experiências cotidianas, esse novo texto carregaria um novo mundo simbólico que pouco poderia ter a ver com o conteúdo originalmente noticiado pelos jornalistas. Posto isso, os efeitos das ações impositivas da imprensa sobre uma massa de indivíduos desenvoltos eram, se não nulos, totalmente limitados.

Teria sido mais pertinente pensar as relações de poder entre os próprios leitores e ouvintes do noticiário, do que em relação à imprensa e seus publicistas. O motivo parece claro: ela sugere que as notícias jornalísticas eram mais faladas do que lidas (ou “recontadas” informalmente). Logo, os leitores de segunda e terceira natureza – a maioria – eram informados pelos sujeitos alfabetizados – a minoria –, os quais possuíam acesso ao conteúdo dos jornais e, portanto, certo controle de interpretação dos acontecimentos relatados pelos jornalistas. Seria a partir do novo texto criado pelos leitores de primeira natureza que os demais produziram o seu novo mundo simbólico.

Tanto a primeira quanto a segunda proposição são, contudo, demonstradas com dificuldade durante a pesquisa, o que levanta suspeita sobre o alcance do que está sendo narrado. A análise dirigida ao conteúdo dos periódicos fornece explicações sobre como determinados temas eram noticiados (modernização, higienização etc.), mas não permite concluir que os jornalistas fossem os agentes determinantes na criação de um consenso social em torno desses assuntos, tampouco que eles, como intelectuais públicos, tivessem como principal intuito perpetuar a dominação de classe.

Convém notar, nesse sentido, a dicotomia que se estabelece entre os pressupostos teórico-metodológicos (apropriações diferenciadas pelo público) e os resultados empíricos (apropriações semelhantes entre os indivíduos). Ao identificar os leitores, por meio das cartas enviadas às redações e reproduzidas pelas folhas, constatou que eles faziam um *uso social* da imprensa com intenções semelhantes: como intermediária para fazer chegar ao poder público suas reclamações sobre os problemas urbanos. Tanto é que “todos os jornais do período – com maior ou menor destaque – destinavam uma parte de seu tempo às ‘queixas do povo’, que percebia nos periódicos uma via de acesso junto às instâncias do poder” (Barbosa, 2010a, 1996, p. 79).

O exame das correspondências sugere, aliás, que inexistiam grandes variações nas solicitações feitas por leitores de diferentes ofícios e bairros da capital. Embora alguns jornais tivessem maior penetração entre os profissionais liberais do que entre os trabalhadores, entre os moradores do centro do que entre os dos subúrbios, as preocupações convergiam: a prestação de serviço público. No início dos anos 1900, esse “panorama pouco havia mudado”, sendo possível perceber, apenas, “uma diminuição dos apelos por uma cidade limpa e higiênica, em função de o projeto político já ter sido em grande parte implementado” (Barbosa, 1996, p. 358; ver também 2007a, 2010a). Dito em outras palavras: o caso mostra que apropriações distintas das mensagens eram exceção e não a regra, como idealizado na teoria.

O público, antes diverso, agora massificado

Igualmente chama a atenção que, conforme a síntese histórica avança, abarcando períodos como o Estado Novo e a Ditadura Militar, para não falar do período mais atual, ambas as visões acima detalhadas perdem força, visto o modo como a autora passa a se referir ao público, antes concebido como um conjunto diversificado de indivíduos:

Se inicialmente era preciso veicular discursos que unissem os valores dos grupos dominantes com os da classe média em franca expansão, posteriormente seria preciso incluir a massa amorfa, sem voz e sem rosto, que, diante dos meios, via a vida política e cotidiana se desenrolar em capítulos nem sempre compreensíveis (Barbosa, 2013a, p. 290).

A chave interpretativa da história cultural da imprensa, agora *história da comunicação*, teria se alterado em meados do século XX: o público, em toda sua potência de agência, começa a ser visualizado como massa amorfa, dada a sua conversão em índice de audiência, seja pelas emissoras de rádio, seja pelos canais de televisão. Eis a “percepção de que os meios se dirigem cada vez mais a uma multiplicidade de rostos, que passam a ser vistos, sobretudo nas décadas seguintes, como público indiferenciado, qualificado e percebido como povo, massa, multidão” (2013a, p. 289). Ou seja, desprovido de autonomia e individualidade.

Acontece que, encaminhando-se para o século XXI, também a mídia brasileira entrou em fase de globalização, na qual a produção e a divulgação de mensagens, não só jornalísticas, pelas tecnologias emergentes, operam sob a lógica da mundialização. Nessa

dinâmica, novos e antigos meios de comunicação promovem tanto a banalização, quanto a saturação das imagens e informações cotidianas, o que paradoxalmente os têm levado à “invenção de novas fórmulas de narrar os acontecimentos” (2013a, p. 361), sem despertar, porém, o senso crítico da população.

É válido observar, portanto, que a presente análise introduz raciocínio de natureza distinta em relação à anterior, de que “a adequação do conteúdo atendia a uma demanda cultural do público e não ao contrário” (Barbosa, 1997a, p. 98). Nas últimas obras, começou-se a falar na autonomização e imposição da lógica capitalista sobre as demais atividades. “O setor financeiro dos países capitalistas passou a ter vida própria: entrava-se, com todas as forças na civilização da especulação, na qual o valor econômico estava diretamente atrelado à vitalidade das informações e às inovações tecnológicas” (2013a, p. 357).

Em última instância, quer dizer que, ao estudar o jornalismo contemporâneo, a pesquisadora se deixou levar pelas razões de ordem econômica que criticou nos historiadores antecessores. Nessa visão, não há qualquer possibilidade da mídia brasileira manter relativa autonomia perante o sistema internacional, estando o próprio noticiário desvinculado da vida social local. Antes uma forma de bem cultural, o jornalismo é cada vez mais encarado como manifestação submetida às forças da globalização, e o público, como massa indiferenciada, que poucos usos logra fazer das mensagens.

O jornalismo ainda um mediador social relevante?

A problemática da participação cidadã, seguindo essa leitura, não foi solucionada com a chegada da cultura digital, pelo contrário, as novas tecnologias “fazem parte dos mesmos oligopólios midiáticos globais nos quais também estão ancorados os meios tradicionais de comunicação” (Barbosa, 2018, p. 41). Agora, todavia, com o agravamento do fenômeno das *fakes news*, ou notícias falsas, que, é verdade, sempre existiram, mas não amparada na produção em escala industrial e na constituição de um mercado próprio, como ocorre nos dias de hoje.

Na era da mídia digital e da desinformação, o jornalismo vive “uma crise sem fim, marcada pelo deslocamento do seu papel tradicional na sociedade e pela busca desenfreada por um tipo de importância, num mundo em que o jornalismo já não é mais mediador entre as informações e o público leitor” (Barbosa, 2018, p. 41). Quer dizer, o jornalismo eletrônico

não logrou preservar aquele protagonismo que possuía no suporte impresso para orientar politicamente os cidadãos, estabelecendo-se como o principal intermediário social. “Se no passado foi outorgado ao jornalista a função de mediador entre as notícias e o público leitor, agora esse mesmo jornalista não detém mais tal lugar de mediação, perdendo gradativamente esse posto que lhe foi outorgado” (Barbosa, 2018, p. 38).

Mas, em vez de explicar por quem, quando e como esse papel foi retirado dos jornalistas, a historiadora envereda por uma linha de argumentação, às vezes, muito pouco lógica. Por exemplo, chegando a afirmar, paradoxalmente, que “nunca o jornalismo foi tão importante como agora”, porque ainda “faz esse papel de mediador fundamental entre essa profusão de informação e aquilo que merece chegar ao público”. Inclusive “longe de achar que a atividade jornalística está acabando, eu acho que ela está se expandindo de maneira exponencial” (Barbosa, 2016b, p. 25). Em suma, o inverso do que havia sido sustentado.

Conclusões

Em que pese as idas e vindas de projetos, cumpre indicar, para fins de conclusão do presente trabalho de análise e crítica historiográfica, o panorama entrevisto por Barbosa, para quem, na atualidade, “o jornalismo assume claramente a função de órgão de opinião, abandonando o padrão histórico vigente desde o fim do século XIX” (Barbosa, 2018, p. 41). Logo, existem dois tempos a se considerar quanto à síntese final em discussão: enquanto, no século XX, prevaleceria um jornalismo com pretensão à objetividade, no XXI ocorreria o retorno ao opinionismo, ou pelo menos, um embaralhamento das fronteiras entre eles.

Esse ponto de vista, porém, não deixa de ser contraditório, porque, segundo ela, o jornalismo em tempos de mídia digital, ao retomar o modelo opinativo que marcou sua origem no meio impresso, perde a função de mediador social, sem deixar de exercer uma função política. Protagonista da história nacional, “o jornalismo no Brasil caracteriza-se por estar atrelado aos liames do chamado pensamento conservador que domina o cenário institucional e ideológico desde os anos 1920” (2019, p. 31), de modo tal que

[...] domina a configuração midiática, mesmo nos cenários mais contemporâneos nos quais a sensação de pluralidade de ideias se instaura, sobretudo, diante da promessa das novas mídias e plataformas que emergem nos ambientes digitais. Mas que, na prática, reproduzem e exacerbam a lógica do pensamento único (Barbosa, 2019, p. 31-32).

Barbosa pregou, em relação ao passado, que os jornais criariam narrativas de significados plurais que, por sua vez, seriam apropriadas por leitores diversos, com vivências cotidianas particulares. Sendo múltiplas as leituras e os usos que o público faz do jornalismo, pouco importaria que este fosse uma mescla de informação e ficção, ou aparentemente informação e essencialmente ficção; visto que o leitor de primeira, segunda ou terceira natureza elabora um novo texto, que não necessariamente tem a ver com o que foi originalmente noticiado pelos jornalistas. Mas se assim foi, por que seria diferente na contemporaneidade?

Chama a atenção que os pressupostos da história cultural que constaram em seu trabalho de reconstrução das práticas de leitura dos diários cariocas, na passagem para o século XX, dissiparam-se à medida que a investigação se deparou com uma audiência que, em fase de mídia digital, foi, como dá a entender, transformada em massa indiferenciada. O problema, a essa altura, é a falta de ajuizamento crítico que a investigadora confere à matéria, como se fosse minimamente razoável pensar que, em certos períodos, existiram leitores diversos que sempre se apropriaram distintamente das notícias, enquanto noutros uma massa responderia de maneira uniforme ao conteúdo.

A fenomenologia do presente nega, no fim das contas, os relatos sobre a pluralidade da narrativa jornalística e da capacidade da audiência em produzir um número sem fim de significações a partir disso – sem esclarecer as razões, tampouco fornecer evidências para a suposta mudança no curso da história. Para a estudiosa, desde o século XIX, o jornalismo é reconfigurado pela atuação das instituições hegemônicas, o que torna o público-massa refém da lógica do pensamento único, mas isso é meramente postulado.

Ao elaborar uma síntese entre a filosofia de Gramsci e a sociologia de Bourdieu, a historiadora procede mecanicamente, ao sustentar que as elites estruturam objetivamente o jornalismo e este, por sua vez, tem o poder de fazer o mesmo com o restante da sociedade. Sua argumentação é constituída por premissas que não podem ser simultaneamente válidas. Supondo que os leitores se apropriam das matérias e criam um novo mundo simbólico a partir delas, como seria possível atribuir aos jornalistas a outorga de “senhores da memória” (Barbosa, 1995) da sociedade moderna?

A compreensão de que os profissionais de imprensa impõem uma determinada visão de mundo contrasta fortemente com a de que o receptor, a partir da sua vida cotidiana, tem plena autonomia em se apropriar dos conteúdos e ressignificá-los – ainda que os fenômenos

possam ser, como convém reconhecer, em certa medida, complementares na dinâmica da realidade social. Mas no caso da obra de Barbosa, aparentemente a questão é o excesso de teorias, ao embaralhar ideias muito díspares. As contribuições de Gramsci, Bourdieu e Le Goff são alternadas com as de Darnton, Chartier e Ricoeur, entre outros expoentes da filosofia francesa, para não mencionar os latino-americanos filiados aos estudos culturais.

A interlocutora não teme se perder no ecletismo teórico, ao isolar a contribuição de cada pensador como melhor lhe convém na situação, em vez de examinar criticamente sua coerência recíproca. Mas, dessa maneira, força a submissão dos resultados obtidos por meio da pesquisa documental a teorias que são estrangeiras ao próprio fenômeno: o jornalismo brasileiro. A disciplina científica fica fragilizada porque ao se estudar o tema, misturam-se, por vezes, arbitrariamente, no sentido epistemológico e sem devida regulação metódica, abordagens e perspectivas distintas – ainda que saibamos que a pesquisa acadêmica como atividade de conhecimento humano e intelectual nunca segue uma linha absolutamente coerente.

Fato é que a falta de evidências sobre a mudança de sentido na experiência, primeiro da história cultural da imprensa e, depois, da história da comunicação, leva a uma contradição aparentemente oriunda da carência de regulação metódica no modo de produção de conhecimento – problema já observado em trabalhos seminais da área em outros países (Daros, 2024b). Os fundamentos, tanto da teoria, quanto da metodologia, não raro contradizem os resultados supostamente obtidos e defensáveis pela investigação, conforme se transita do passado para o presente, sem que se dê motivos através de análise independente.

A pesquisa documental vai se enfraquecendo, ao se tornar uma história informada por uma abordagem menos empírica, ao passo que sua propositora migra de um projeto historiográfico, dotado de um objeto razoavelmente bem definido – a imprensa periódica –, para outro – a comunicação –, cujo fenômeno sequer é delimitado. Ao estudar *ações humanas do passado*, na abrangência que o termo carrega, o que se constata é uma transição do jornalismo na posição de objeto à de fonte de pesquisa; sendo, agora, a imprensa usada não para estudo deste, mas sobre o *comunicacional*.

Tornada uma das figuras mais influentes da área, Marialva Barbosa nos sugere que a comunicação é a ciência do século XXI. Isto é, um conjunto de saberes derivados da atividade de análise de experiências concretas e metodologicamente regulada. Contudo, o exame da sua produção, ao longo das décadas, demonstra que, na verdade, ela termina empenhada na escrita

de uma história cada vez mais teorizada, uma fenomenologia ensaística. Portanto, um relato que se afasta dos parâmetros pelos quais a disciplina se afirmaria como ciência.

Referências

ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F.; FLAKSMAN, D. R. (org.). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AQUINO, M. A. de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BAHIA, J. **Três fases da imprensa brasileira**. Santos: Presença, 1960.

BARBOSA, M. Cenários de transformação: jornalismo e história no século XX. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 458-480, maio/ago. 2012.

BARBOSA, M. Cultura digital e democracia: um olhar histórico sobre um presente ultraveloz. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 7, n. 2, p. 36-42, maio/ago. 2018.

BARBOSA, M. **Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016a.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010a. *E-book*.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: o tempo presente – Brasil, 1980-2010. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024.

BARBOSA, M. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013a.

BARBOSA, M. **Imprensa, poder e público**: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. 1996. 414 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

BARBOSA, M. **Imprensa, poder e público**: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 87-102, jul./dez. 1997a.

BARBOSA, M. **Jornal do Brasil**: impressões de memória. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 64-75, jan./jun. 1993.

BARBOSA, M. Jornalismo de empresa: uma reação ao movimento operário? **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 11, n. 58, p. 64-75, jan./jun. 1988.

BARBOSA, M. Leitores e leituras dos jornais do Rio de Janeiro no início do século. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-14, jan./jun. 1998.

BARBOSA, M. Memória Intercom. [Entrevista cedida a] Ana Paula Goulart e Cláudio Ornellas. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, São Paulo, out. 2016b.

BARBOSA, M. Mundo de práticas orais: processos comunicacionais e matrizes históricas e culturais do público brasileiro. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, a. 5, v. 1, p. 1-16, abr. 2013b.

BARBOSA, M. **Operários do pensamento**: visões de mundo dos tipógrafos do Rio de Janeiro, 1880-1920. 331 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

BARBOSA, M. **Os donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, M. **Percursos do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EdUFF, 2007b.

BARBOSA, M. Por uma história cultural da imprensa brasileira. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 2008a.

BARBOSA, M. Por uma história dos sistemas de comunicação. **Contracampo**, Niterói, n. 1, p. 72-82, jul./dez. 1997b.

BARBOSA, M. Por uma história dos sistemas midiáticos. [Entrevista cedida a] Ana Paula Goulart Ribeiro. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p.140-147, ago./dez. 2005.

BARBOSA, M. Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 91-109, jul./dez. 2008b.

BARBOSA, M. Senhores da memória. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 1995.

BARBOSA, M. Tempos midiáticos: passado, presente e futuro em modos narrativos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 25-37, jul./dez. 2019.

BARBOSA, M. Uma história dos sistemas de comunicação: balanço de um percurso teórico. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, p. 11-29, jan./jun. 2010b.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

COSTA, E. V. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 10, p. 7-22, dez. 1998.

DARNTON, R. What is the history of books? **Daedalus**, v. 111, n. 3, p. 65-83, 1982.

DAROS, O. **História e conhecimento do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2024a.

DAROS, O. What is the history of communication? **Communication Theory**, v. 34, n. 3, p. 109-117, ago. 2024b.

DAROS, O. **Writing Journalism History: The Press and Academia in Brazil**. Nova York: Routledge, 2024c.

GOMBRICH, E. Ernst Gombrich discusses the concept of cultural history with Peter Burke. **The Listener**, Londres, n. 90, p. 881-883, dez. 1973.

GOMBRICH, E. **In search of cultural history**. Oxford: Oxford University Press, 1969.

HUNT, L. **The new cultural history**. Berkeley: University of California Press, 1989.

LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MEIRELLES, J. G. **Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 31-45, 2003.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Dados de Autoria

Otávio Daros

E-mail: otavio.daros@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0738-8207>

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Minibiografia: Doutor com dupla titulação, pela Nottingham Trent University e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde é professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social e editor assistente da Revista Famecos. Nas universidades alemãs de Berlim e Bremen, atuou como pesquisador convidado pelas cátedras de História da Comunicação. É autor do livro *História e conhecimento do jornalismo no Brasil* (Insular, 2024), publicado em língua inglesa pela Routledge de Nova York.

Dados do artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese:

O artigo é resultado da tese de doutorado *História da historiografia da imprensa e do jornalismo no Brasil: do século XIX ao XXI*, editada em livro sob o título *História e conhecimento do jornalismo no Brasil* (Insular, 2024).

Fontes de financiamento:

Bolsas de doutorado e pós-doutorado concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Apresentação anterior:

Doktorandenkolloquium, Freie Universität Berlin, 2023, Berlim.

Agradecimentos/Contribuições adicionais:

A Francisco Rüdiger pela orientação ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A Antonio Hohlfeldt pela discussão e revisão da exposição. A Tania Regina de Luca e Jorge Pedro Sousa, pelas contribuições na banca de defesa da tese de doutorado.

Dados sobre Cuidados Éticos e Integridade Científica

A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?

Sim.

Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?

Não.

Liste os financiadores da pesquisa:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?

Não.

Que interferências foram detectadas?

Nenhum efeito inesperado do tipo foi detectado.

Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo

Não há conflitos de interesse.

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?

Não.

Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:

As fontes bibliográficas e documentais utilizadas são de domínio público.